

NOVIDADES LEGISLATIVAS

Edição de 23 de novembro de 2023



Nesta edição:

- ***Comissão de Desenvolvimento Econômico discute a criação do Mercado de Carbono***

A Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE), da Câmara dos Deputados, realizou audiência pública sobre o uso do Mercado de carbono como política de desenvolvimento sustentável.

A audiência contou com a participação de diversos representantes dos setores privados e públicos, conforme resumo das manifestações abaixo:

Juliana Borges de Lima Falcão, Gerente de Energia e Clima, da Gerência Executiva de Meio Ambiente e Sustentabilidade, da **Confederação Nacional da Indústria** destacou que o Mercado de Carbono deve ser um mecanismo de incentivo econômico para as indústrias, não um sistema de penalização.

Em comparação com o G20, o Brasil se encontra, tendo em vista que o Carbono já está sendo comercializado em esfera internacional. Nesse sentido, demonstrou a existência de três tipos de mercado de carbono existentes: i) o mercado voluntário (trabalha com créditos); ii) o mercado regulado nacional (mercado de permissões); iii) e o mercado global (integração internacional).

Também abordou a necessidade de promoção de uma série de melhorias ao texto aprovado no Senado, com destaque para: i) redefinição dos parâmetros para que as fontes tenham obrigações dentro do sistema; ii) a ampliação das fases de implementação do Sistema e; iii) a revisão dos parâmetros para a definição dos valores das multas, já que 5% do rendimento bruto é excessivamente oneroso. Adicionalmente, reforçou a importância do texto prever uma maior participação do setor produtivo nos sistemas de governança do Mercado de Carbono.

Márcio Rojas, representante da Secretaria de Políticas e Programas Estratégicos – SEPPE, do **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação** centrou sua exposição na importância dos

relatos e no papel que o Sistema de Registro Nacional de Emissões (Sirene), já existente, que permitiu o aumento da transparência, consistência e qualidade geral dos dados de emissões relatados voluntariamente, por meio da padronização de procedimentos metodológicos e sistemas de verificações.

Também destacou a estruturação de plano de ação junto à CNI para engajamento de atores, bem como o levantamento de demandas relacionadas ao relato de emissão para o futuro programa mandatário.

Adriano de Oliveira, representante do **Ministério da Agricultura e Pecuária** defendeu que a pauta de segurança alimentar é correlata ao mercado de carbono e associada aos três Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), sendo: i) combate à pobreza; ii) combate à fome; e iii) mudanças climáticas.

Adicionalmente, citou que setores econômicos diferentes, não podem ser tratados como iguais, pois existe uma diferença entre os gases metano, dióxido de carbono e do óxido nitroso. Por fim, falou da impactante parcela da pecuária para a emissão de efeito estufa.

João Galassi, Presidente da **União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços – UNECS** citou a existência de métodos que podem reduzir a emissão de gases para o setor se supermercados, além de solicitar a presença de representantes da agropecuária no Brasil, tendo em vista que constituem maior parcela na emissão de gases.

Maria Belen Losada, Superintendente do **Banco Itaú** abordou a participação dos bancos na jornada de descarbonização, tendo em vista que o financiamento para a transição também é relevante.

Disse que a presença do agro no Mercado de Carbono não faria sentido, uma vez que é impossível contabilizar a emissão específica de cada gado, não havendo estabilidade na emissão dos agentes.

Na mesma linha, ressaltou a importância do mercado financeiro viabilizar a liquidez do mercado secundário de carbono.

Divergiu com os outros representantes em relação à participação dos agentes, defendendo que o texto deve ampliar ao máximo a inclusão de fontes, para que as indústrias menores possam apoiar a descarbonização, com um bom custo-benefício, dos setores mais poluentes.

Tiago Quintela Giuliani, Especialista em Sustentabilidade, Descarbonização e Novas Tecnologias da **Associação Brasileira de Bioinovação – ABBI** iniciou sua exposição abordando outras perspectivas que envolvem o desenvolvimento do Mercado de Carbono brasileiro, como a importância de tecnologias relevantes para diminuição de emissão como a produção de biogás na cadeia agroindustrial

Também destacou três pontos de importância acerca do Mercado de Carbono; i) a não transformação do mercado em uma política arrecadatória, sugerindo que os recursos arrecadados no SBCE sejam revertidos ao desenvolvimento e à implementação de tecnologias para reduzir as emissões; ii) a importância dos ativos serem comercializados em Bolsa de Valores, para que se tenha maior liquidez, transparência e lastro às negociações dos créditos; e iii) a necessidade de estabelecer alíquota de imposto de renda na fonte de 15%, semelhante ao RenovaBio.

A matéria se encontra no Plenário da Câmara dos Deputados, sob a relatoria do Dep. Aliel Machado (PV/PR), com previsão de apreciação na semana do dia 27 de novembro.



Veja mais

Acompanhe o dia a dia dos projetos no LEGISDATA:

www.legisdata.cni.com.br

NOVIDADES LEGISLATIVAS | Publicação da Confederação Nacional da Indústria – CNI | Unidade de Assuntos Legislativos - CNI/COAL | Gerente Executivo: Marcos Borges de Castro | Coordenação técnica: Marcos Borges | Editoração: COAL | Supervisão gráfica: Coordenação de Divulgação CNI/CCI/GPC | Informações técnicas e obtenção de cópias dos documentos mencionados: (61) 3317.9399 | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente (61) 3317.9989/9993 sac@cni.com.br | Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF (61) 3317.9000 | www.cni.com.br | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA